

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Relatório apresentado à Coordenação de Estágio
Supervisionado pelo aluno:

EVERALDO NÓBREGA DE OLIVEIRA

CAMPINA GRANDE - Pb

1983



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2021.

Sumé - PB

IDENTIFICAÇÃO:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Número de Créditos: 09 (nove)

Orientador: **REINALDO CARCANHOLD**

Aluno: **EVERALDO NÓBREGA DE OLIVEIRA** - Matrícula nº 7923124 - 0

TEORIA NEOCLÁSSICA

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO

1 - PRIMEIRA PARTE - TEORIA NEOCLÁSSICA.

- 1.1 - Objeto da Teoria Neoclássica
- 1.2 - Postulados da Teoria Neoclássica
- 1.3 - Teoria do Comportamento do Consumidor
- 1.4 - Teoria da Produção e do Custo (Curva da Oferta)
- 1.5 - Teoria da Empresa e Organização do Mercado

SEGUNDA PARTE:

- 2.1 - Críticas aos Postulados da Teoria Neoclássica
- 2.2 - Críticas a Consistência lógica da Teoria Neoclássica

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho, em primeiro plano, visa atender as Normas do ESTÁGIO SUPERVISIONADO, procurando oficializar minha ^xesperiência como Monitor da disciplina Microeconomia, objetivando a obtenção dos créditos necessário à conclusão do Curso de Economia.

Em segundo plano, este trabalho quer representar um esforço do aluno na compreensão da complexa literatura econômica tradicional nos meios acadêmicos e ainda algumas críticas levantadas sobre o arcabo^uço teórico da dita teoria, com o mínimo de interesse em limitar a visão econômica da realidade o que sem dúvida levaria uma distorção da mesma, disvirtuando a função Social do Economista que é a de um agente comprom^etido com a realidade Social enquanto cidadão.

Quanto ao aspecto metodológico do trabalho limitei-me a transpor o raciocínio da teoria na primeira parte do trabalho, e na segunda parte do trabalho tentei desenvolver uma síntese das críticas a ela levantada.

1.1 - OBJETO DA TEORIA NEOCLÁSSICA.

Segundo o pensamento neoclássico a base de suas análises está fundada no princípio da escassez de recursos. A afirmação de que "A Economia inclui relações que implicam na distribuição de recursos es caos entre necessidades humanas alternativas e no uso desses recursos com a finalidade de satisfazê-las, tanto quanto possível"¹, é uma das diversas definições apresentadas nos manuais de Microeconomia que espe^lha a hipótese da escassez dita do mundo externo. Em razão da escassez é que os bens devem ser repartidos entre os indivíduos de forma racional e eficiente.

De forma racional quer dizer que agimos na expectativa de maximizar alguma coisa em nosso proveito. Cada agente econômico, seja consumidor ou empresa, busca maximizar satisfação ou lucro. Esse é o princípio das vantagens econômicas. Os economistas clássicos verificaram o fato de que nas condições da produção mercantil e trocas mercantis e monetárias, surge o desejo de obter máxima renda em dinheiro! O que foi em seguida elevado ao nível de princípio geral governando toda a atividade econômica do homem"².

Assim o homem econômico age dentro dos princípios da obtenção da máxima vantagem econômica de toda espécie. Afirmações desse tipo deu a WILLIAM JEVONS a interpretação de que a economia ' é uma relação ' entre o prazer e desgosto, onde o prazer e o esforço são indiscutível ' mente o objeto último do cálculo econômico. Neste momento a economia / sai da análise da esfera da produção e passa a ser a ciência do comportamento segundo o princípio econômico com o objetivo de maximizar o prazer ligado a posse dos bens.

Para os neoclássicos a raridade relativa dos recursos, o princípio da racionalidade econômica e a psicologia utilitarista, formaram, a grosso modo, a teoria econômica, na qual está emplicita as características do sistema econômico capitalista com mercado de concorrência ' perfeita.

1.2 - POSTULADO DA TEORIA NEOCLÁSSICA.

A teoria neoclássica, teoria dos preços ou Microeconômica, se define hoje como a parte da teoria econômica, "que trata da formação dos preços, do funcionamento do mercado, em função das forças de oferta e procura e do comportamento dos consumidores, das firmas e dos proprietários dos fatores de produção"³. Entretanto as etapas construtivas da teoria dos preços foram surgindo com a teoria da utilidade marginal, com a síntese neoclássica de J. S. MILL reduzindo o valor aos custos de produção e da teoria da utilidade marginal e por fim a correção das explicações de A. MARSHALL da teoria dos preços, com as interpretações dos preços dada pela teoria da concorrência imperfeita.

Observa-se que a teoria neoclássica faz do consumidor o centro dos seus estudos e fundamenta em pelo menos quatro postulados básicos a saber:

- 1 - Escassez relativa dos recursos juntamente com a diversidade das necessidades humanas levando a fins múltiplos, diferente grau de prioridades permitindo por em sequência de importância e alternativa de utilização de recursos, suposto aqui a propriedade privada.

Dando assim o ponto de base para o cálculo econômico e a possibilidade de maior eficiência na utilização dos recursos.

- 2 - Racionalidade Econômica atrelado ao anterior, onde cada agente econômico busca maximizar a sua utilidade. Um consumidor pode supor para dado nível de renda, as mais variadas combinações entre os bens e serviços que forneça-lhe máxima satisfação para suas necessidades.

"Sendo o consumidor um agente racional do ponto de vista neoclássico, ele é 'soberano' e capaz de reconhecer suas necessidades e a melhor forma de satisfazê-las."⁽⁴⁾

- 3 - Hedonismo, esse conceito baseia-se na idéia de que o homem prefere a busca do prazer e fugir da dor, fomentando a psicologia utilitarista onde, segundo JEVENS, o prazer e o esforço era a razão do cálculo econômico e assim surgiu a utilidade marginal decrescente que diz:

A utilidade marginal decresce para cada bem com o aumento da quantidade do mesmo em relação a utilidade marginal dos outros bens que permanecem em quantidades idênticas (CETERIS PARIGUS).

4 - A existência de um mercado capitalista e concorrência perfeita.

1.3 - TEORIA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR.

As maneiras de se estudar o comportamento do consumidor variam entre os pensadores neoclássicos. Representam formas diferentes de escrever ou modelar seu consumidor pela fértil imaginação dos mesmos, sem no entanto perder de vista o comportamento do consumidor no mercado onde é levado com uma dada renda limitada, com opção para gastar toda a renda num só período, o mesmo com pleno conhecimento dos bens e serviços oferecidos. Diante de tal controle da situação do mercado, como rei do consumo buscará alocar sua renda limitada entre os bens e serviços disponíveis com o fim de maximizar a satisfação de suas necessidades.

Na satisfação da necessidade está incluído a teoria da utilidade marginal (aumentando a quantidade do bem acarretará aumento da utilidade total mas a uma taxa decrescente).

O exame do comportamento do consumidor se analisa de duas formas: Pela teoria da utilidade e pelas curvas de indiferenças, auxiliados por gráficos que são expressões dos referidos pressupostos citados anteriormente (1.3). Além do uso do gráfico limitar o número de variáveis do análise a dois bens de consumo, os resultados podem ser ampliados a n - bens mediante instrumentos matemáticos adequados.

A curva de procura é a base de teoria do consumidor, uma vez que é a representação gráfica do comportamento do consumidor frente aos diversos preços do produto procurado, onde a expressão matemática correspondente é: $q = F(p)$, onde q. é quantidade em função de (p) preço no mercado.

1.3.1 - Teoria da Utilidade e o ponto de Equilíbrio do consumidor no Mercado.

Segundo os neoclássicos a procura dos consumidores encontra-se determinada pela utilidade do bem em relação aos mesmos. JEVONS definiu a utilidade do objeto como o prazer que sua posse pode dar. Menger, BOHN-BANERK definiram a utilidade como o significado do objeto para o bem estar. A. MARSHALL definiu como a possibilidade da máxima satisfação. Nos diversos pensadores neoclássicos fica patente a presença subjetivista da teoria, na medida que é interpretado o conceito de utilidade frente ao campo da sua utilização prática. Recorremos nesse trabalho ao conceito que define utilidade como sendo "o prazer ou a satisfação que recebemos em virtude do consumo de determinado bem"⁵. Determina a utilidade quando os consumidores desejam pagar pelos bens ou a quantidade que os mesmos estão dispostos adquirir aos diversos preços. Nesta visão destacam-se dois conceitos de utilidades: a utilidade total e a utilidade marginal.

A utilidade total é o somatório da satisfação total conseguida pelo consumo de várias quantidades de um dado produto, até certo ponto a utilidade total desse produto é aumentada na medida que aumenta o consumo desse bem.

A utilidade marginal entende-se por o acréscimo a utilidade total dada pelo aumento de uma unidade a mais do bem. A utilidade marginal é uma concepção cardinalista. ?

Considerando o princípio da diminuição, afirma-se que aumentando a quantidade do bem leva a o aumento da utilidade total a taxa decrescente, ou seja "quanto maior a quantidade adquirida de um bem, tanto menor será a utilidade marginal desse bem."⁶ Esse deccressimo na UMG chega-se a um ponto onde ela será igual a zero, nesse ponto a utilidade total é máxima, chega-se ao ponto de saturação desse bem e qualquer aumento na sua quantidade leva a UMG a um valor negativo e a utilidade total passa a ser decrescente. A maximização da utilidade é dada

pelo cálculo da utilidade marginal.

O Consumidor procura maximizar a utilidade dos bens e faz em função de sua renda e dos preços desses bens. Conhecido esses dados ele vai compor as combinações de bens que lhe permita o máximo de utilidade. O equilíbrio do consumidor, está onde, o máximo de satisfação das necessidades representa as compras das quantidades adquiridas para as quais a "utilidade marginal obtida a partir da última unidade de cada bem adquirido, seja exatamente proporcional o preço pago por cada bem"?. *por que?*

Dado ao consumidor a escolha entre as quantidades do bem A e B a maximização da satisfação se expressa pela seguinte equação:

$$\frac{UMgA}{P_A} = \frac{UMgB}{P_B} ; \text{UMgA utilidade marginal do bem A ,}$$

P_A preço de A.

$UMgB$ utilidade marginal do bem B ,

P_B preço de B.

O desequilíbrio é dado no momento em que ocorrer variação no preço de um dos bens, mantendo os demais em condições CE TERIS PARIBUS, dado pela equação:

$$\frac{UMgA}{P_A} < \frac{UMgB}{P_B}$$

1.3.2 - Mapa de Indiferença e Equilíbrio do Consumidor.

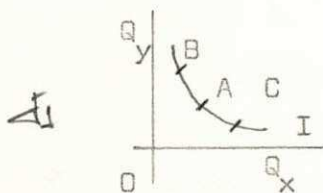
O primeiro instrumento de análise gráfica da corrente *?* te é o mapa de indiferença que representa a escala de preferência do consumidor. Contém em si a interpretação ordinalista. O valor agora não se explica só do ponto de vista da subjetividade (utilidade) da última unidade do bem X, mas depende da utilidade marginal de todas as outras mercadorias que o consumidor comprar.

O mapa de indiferença contém diversas curvas de in

diferença. Uma curva de indiferença é definida "como o lugar geométrico dos pontos de igual satisfação representativos de alternativas que proporcionam o mesmo nível de utilidade total, aos quais o consumidor é indiferente"⁸.

As curvas de indiferença tem as seguintes propriedades: São negativamente inclinadas; os espaços - mercadoria ; passa através de cada ponto como curva de indiferença; são convexas para cima em relação a origem; não se interceptam. ?

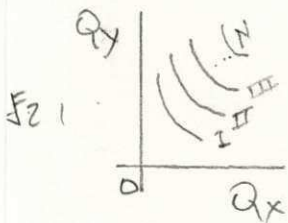
Representação gráfica da função de utilidade de dois bens para o consumidor:



Q_x = quantidade do bem x

Q_y = quantidade do bem y (ou unidade de dinheiro caso seja mais de uma mercadoria.)

Os bens são perfeitamente substituíveis entre si. ^(f.1) ? Não



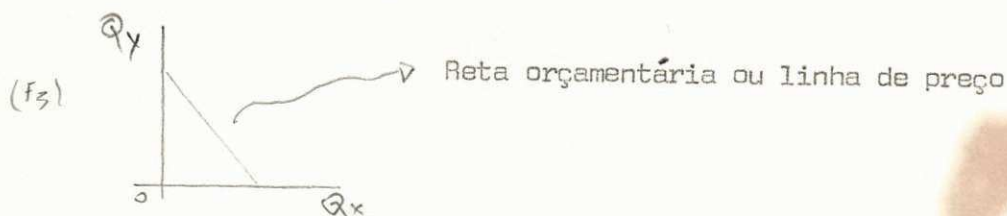
Quantidades maiores de satisfação ~~da~~ obtidas na curva de indiferença (I) são alcançadas em curvas de indiferença mais elevada (II, III, IV...N). ^(f.2) Uma curva de indiferença pode ser analisada nas mais diversas posições, ou ainda a outra linha de análise que examina distintos níveis de utilidade à satisfação do consumidor segundo os diversos orçamentos. FERGUSON conclui que "historicamente os economista evoluíram de uma teoria da utilidade à uma teoria da preferência para explicar o comportamento do consumidor e da demanda."⁹ }

O problema do consumidor é gastar um montante máximo de modo a obter a máxima satisfação de sua preferência.

Os dois bens A e B são comprados a quantidade X e Y a preço P_A e P_B com renda fixa (M), logo:

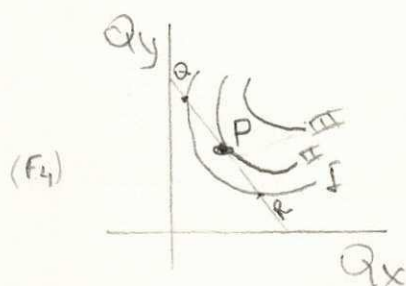
$M = XP_A + YP_B$, que pode ser representado graficamente pelo es

paço orçamentário: (F3)



"A reta orçamentária é a combinação dos bens que podem ser adquiridos se toda renda monetária for gasta. Sua inclinação é o valor negativo da relação dos preços".¹⁰ O espaço orçamentário mostra as ~~sextas~~ ^(F3) que o consumidor pode comprar.

O equilíbrio do consumidor (equilíbrio estático) é mostrado pelo espaço orçamentário e o mapa de indiferença. (F4)



A maximização da satisfação ^{ta' indicad-pelo} no ponto P porque o consumidor atingiu a curva de indiferença que mais satisfaz, dentro do que pode atingir.

FERGUSON afirma que o ponto de equilíbrio do consumidor onde maximiza sua satisfação, sujeito a uma renda limitada, é definido pela combinação de que a taxa marginal de substituição de Y por X seja igual a relação entre o preço de X e o preço de Y.

O mapa de Indiferença reflete os gastos do consumidor e a reta orçamentária reflete os preços dos produtos. No ponto onde a reta orçamentária tangencia a curva de indiferença está dado o seu ponto de equilíbrio. ?

O equilíbrio do consumidor pode ser rompido por tres fatores: variando a posição de equilíbrio (estática comparativa) estuda-se o que muda numa variável caso modifique; a renda monetária, variação no preço, variação nos gastos ou ?

preferencia do consumidor.

Uma variação dos gastos ou preferência leva a mudança de curva de indiferença levando a um reordenamento para um novo equilíbrio.

Uma queda ou aumento na renda do consumidor permanecendo os demais em condições CETERIS PARIBUS, vai a um novo ponto de equilíbrio. A linha que interliga os diversos pontos de equilíbrio a diferentes níveis de renda é chamada de curva de renda-consumo que por sua vez deriva a curva de ENGELE, que relaciona quantidades adquiridas de um bem com a renda.

Variando os preços temos o chamado o efeito total ou efeito-preço, mantendo-se a renda nominal invariável por um tempo e variando os preços, a satisfação do consumidor será maior ou menor pois os preços influem na renda real. O efeito preço é a soma dos efeitos-renda e efeitos-substituição.

O efeito-renda é a variação das quantidades demandadas resultantes de uma variação na renda real. Esse efeito implica em um deslocamento de uma curva de indiferença para outra.

No efeito de substituição a situação do consumi dor permanece a mesma, só que o novo equilíbrio simplesmente com a reordenação das compras, não havendo substituição da curva de Indiferença.

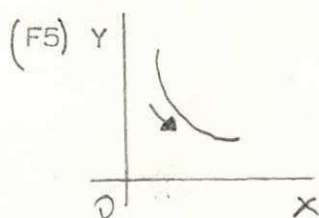
No efeito-preço é estudada ainda a curva de preço consumo que segundo FERGUSON "é o lugar geométrico dos orçamentos e equilíbrios resultantes de variações na relação entre os preços que a renda monetária ^{nominal} permanece constante".¹¹

Na conclusão do capítulo sobre a teoria do consu midor FERGUSON afirma... As conclusões fundamentais deste capítulo serão explicadas mais detalhadamente... Mas a seguinte conclusão permanecerá inalterada: se os consumidores individu

ais agem de forma a maximizar sua satisfação com uma renda limitada, sua quantidade demandada varia inversamente com o preço.¹²

Numa mesma curva de indiferença se supõe que a utilidade total seja a mesma, a diminuição da utilidade total conseguida pelo bem Y e compensado com o aumento da utilidade total do bem X a medida que decemos pela curva de indiferença, logo a taxa marginal de substituição é dada pela equação:

$$TMS_{Y/X} = \frac{\Delta Y}{\Delta X}$$



1.4 - TEORIA DA PRODUÇÃO E DO CUSTO (CURVA DE OFERTA).

A preocupação maior da teoria da produção é analisar como o empresário, conhecida a tecnologia combina os vários insumos para obter uma determinada quantidade de produtos, ou seja, produzir de forma economicamente eficiente. Com esse teoria da produção procura na análise marginal formular os princípios que rege o comportamento do empresário.

A análise marginal do ponto de vista do empresário é saber se no seu plano de decisão ou seja um esforço adicional trará uma recompensa superior aos custos do sacrificio, sendo a resposta positiva o empresário promoverá uma ação. O problema fica a nível da otimização (maximização e minimização).

A empresa opera com fatores de produção, em cujo custo abtraído da receita, da a receita líquida ou lucro. O esforço do empresário como agente econômico, para levar a empresa a um nível ótimo (lucra

tividade máxima), reflete o princípio da racionalidade econômica nesse sentido, a hipótese básica da teoria da firma é que a empresa procura maximizar os seus lucros da mesma forma que o consumidor procura maximizar sua satisfação.

Para que o empresário maximize seu lucro, minimizando os custos, ele enfrenta determinadas restrições: restrições internas tanto quantitativa quanto qualitativa para trabalhar com uma dada função de produção, já as restrições externas são aquelas impostas pelo mercado.

A função de produção em si é o somatório do conhecimento tecnológico do empresário. Ela determina a relação entre as quantidades de fatores variáveis e serviços produtivos e a quantidade de produto elaborado. É uma classificação da possibilidade da firma operar no mercado do Lado da oferta.

As funções de mercado determina a procura, pois, quantidades (X) de unidade do produto só poderão ser vendidas a preço menor ou igual a (Y) cruzeiros. Quando o mercado é perfeito o preço não é função das quantidades, *para a empresa.*

As duas funções (produção e mercado) juntas vão definir o conjunto de situações em que uma firma pode atingir uma situação ótima (satisfazendo as condições marginais estabelecidas na análise).

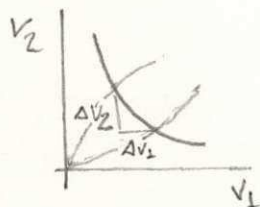
As funções de produção podem ser: a) rígidas, quando preveem exatamente a quantidade de cada fator, que passam a ser fatores limitativos só em condições fixas, b) flexíveis, quando possibilitam diversas combinações, isto é, produção com combinações variáveis, e os fatores são substituíveis. A análise marginal trabalha com o pressuposto teórico da divisibilidade perfeita.

A produtividade é a capacidade de um fator contribuir na elaboração do produto. A produtividade média é a quantidade do produto gerado dividido pela quantidade de fator utilizado. O produto marginal é a variação da produção devida a quantidade adicional de um fator

de produção mantendo os demais fatores inalterados. A produtividade marginal é a relação entre o acréscimo do produto pela quantidade adicional do fator.

Isoquantas, é a representação gráfica das diversas combinações de fatores que proporcionam um mesmo e dado nível de produção, chamadas também de igual-produto ou iso-produto.

A taxa marginal de substituição técnica é a possibilidade de substituição entre dois fatores que quando existe um aumento na quantidade empregada de um deles (ΔV_1) pode ser compensada por uma diminuição da quantidade do outro (ΔV_2) de forma que a quantidade total de produção não se altere para a isoquanta;



$$TMS_{V_2/V_1} = \frac{\Delta V_2}{\Delta V_1}$$

Produtividade marginal e substituição de fatores (para dois fatores variáveis é dada pela equação:

$$PM_{g_1} = \frac{\Delta Q}{\Delta V_1} \quad \text{e} \quad PM_{g_2} = \frac{\Delta Q}{\Delta V_2}, \quad \text{de onde o produto marginal é} \quad Q = PM_{g_1} \cdot \Delta V_1 \quad \text{e} \quad Q = PM_{g_2} \cdot \Delta V_2$$

Em condições *Ceteris Paribus*, o produto marginal de um fator é o acréscimo do produto total quando se adicionam (ΔV) unidades do fator.

Nesta parte a teoria neoclássica supõe que o empresário (ou economista) tenha o conhecimento de todas as possibilidades técnicas, para analisar e escolher o melhor processo de combinação de fatores para maximizar lucros.

O Ótimo Técnico (ou combinações de custo mínimo), seja a firma trabalhando só com dois fatores (V_1 e V_2) os custos de produção estarão dados pelas quantidades de V_1 e V_2 multiplicados pelos os seus

preços: $C = V_1 P_1 + V_2 P_2$.

A firma dentro de uma estrutura de custo dada, e segundo o mapa de iso-quantos dado, estará produzindo no ponto ótimo (técnico) quando a sua linha de custo tangenciar a mais alta linha de iso-quantos, num determinado ponto de equilíbrio onde:

$$E = \frac{\Delta V_2}{\Delta V_1} = \frac{PM_{g1}}{PM_{g2}} = \frac{P_1}{P_2}, \text{ que pode expressar as con}$$

dições de custo mínimo.

Obs: 1) No ponto ótimo técnico, a relação dos produtos físicos marginais deverá ser igual à relação entre seus preços.

Obs: 2) O produto físico marginal por unidade monetária ($\frac{PMg}{P}$) obtido com a última unidade monetária dispensada deve ser igual para todos os fatores de produção:

$$\frac{PMg_1}{P_1} = \frac{PMg_2}{P_2} \dots \frac{PMg_n}{P_n}$$

A lei do rendimento decrescente (ou lei da produtividade física marginal decrescente. Verificou-se empiricamente que nas funções de produção de tipo flexível, a substituição de um fator por outro vai se fazendo com dificuldades crescente, e que na maioria dos casos é indispensável uma quantidade mínima para que haja produção, e a lei dos rendimentos decrescente confirma que a produção total aumenta a um ritmo decrescente.

Alguns autores destacam a diferença entre esta lei: a) dada a técnica (Tecnologia) aumento de uma unidade de um dos fatores ; b) Conceito de Economia de Escala, ou seja que acontece com a quantidade de quando aumentamos todos os fatores nas mesmas proporções, o que da

ria a reprodução do processo em escala de diferença. ?

Conclui-se que o empresário adquireirá de modo geral, fatores de produção enquanto o preço a ser pago pela unidade adicional (custo marginal do fator) seja inferior ao seu produto físico marginal multiplicado pela receita adicional gerada pela sua venda (isto é, ao produto marginal do fator, ou receita marginal do produto).

A partir da aceitação do princípio da produtividade de crescente a firma estará produzindo em situação de lucro máximo quando o custo marginal do fator for igual a receita marginal do produto. A procura de cada fator (pelo empresário, a procura derivada) dependerá não apenas do seu preço mas também dos preços de todos os outros fatores usados por uma unidade produtiva.

A curva de oferta é a representação gráfica dos planos de receita dos agentes produtivos (firmas). Ela nos dar a informação das quantidades que os vendedores de uma determinada mercadoria estão dispostas a jogar no mercado nos diversos preços. De um modo geral quando aumenta os preços há um aumento nas quantidades oferecidas, com raras exceções por exemplo: o trabalho; um aumento na oferta individual a carreta uma baixa de salários, para manter o padrão de vida, um aumento da remuneração pode levar a uma desistência ao trabalho.

Quem determina a forma da curva de oferta é a escassez, pois está intimamente ligada aos custos de produção. Por uma questão de didática, a oferta e os custos são analisados para tres períodos; período instatâneo, curto período (curto prazo), e longo período (longo prazo). a) Período instatâneo, a oferta consta apenas dos estoques existentes. A curva é inelástica. O preço é determinado pela a ansiedade dos compradores, tendo como limite inferior, os preços de reservas, aquele no qual o vendedor prefere mantê-lo sem vender. b) Curto prazo, neste período já é possível se aumentar a oferta pelo um maior aproveitamento da capacidade produtiva. c) Longo prazo, é aquele prazo que é suficiente para se alterar os fatores fixos das empresas, como transferência de

linha de produção (Produto).

Neste trabalho detivemos o conceito de quatro tipo de custo, que são mais usados na teoria econômica marginal.

Custo Fixo Totais, deve-se determinar o que é curto prazo, afim de se determinar as variáveis. Normalmente custo fixo são tidos como, alugueis, luz, salário de pessoal técnico qualificado. É um custo que não depende da produção.

Custo variáveis totais, estão ligados a produção, como matérias primas, salários de operários etc.

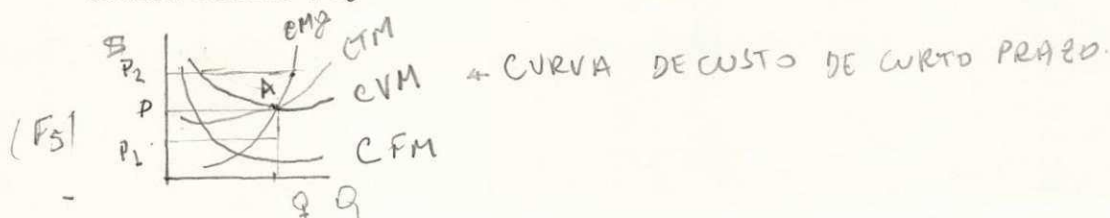
Custos médios (Unitários), são aqueles que representam o custo por unidade produzida: $CM = \frac{\text{Custos totais}}{Q. \text{ Produzida}}$, compreende os custos fixos médios e os custos variáveis médios.

Custos marginais, são os necessários à produção de uma unidade adicional do produto: $\frac{\Delta C}{\Delta Q} = \frac{\Delta V}{\Delta Q} \cdot P_1$.

A teoria diz que, a curva de oferta *nada mais é do que* a curva de custos marginais. A oferta cairá a um ponto zero, ou seja aquele ponto onde a vendagem não cobrir nem seus custos variáveis, então o produto é retirado do mercado.

Se a empresa conseguir cobrir os seus custos variáveis, mesmo que não cubra os custos fixos ela permanecerá no mercado.

A curto prazo a curva de oferta é a curva de custos marginais no trecho sobre a curva de custo variável médio. No longo prazo a curva de oferta é a curva de custo médio, pois a qualquer preço a firma está dimensionada para oferecer uma quantidade a um custo mínimo, isto é, no ponto em que a curva de custo marginal corta a curva de custo totais médio. (FS)



Não

1.5 - TEORIA DA EMPRESA E ORGANIZAÇÃO DO MERCADO.

Na teoria do comportamento do consumidor, sabe-se que a demanda pelo produto determina a quantidade que uma empresa pode vender segundo o preço que estabelece e que a demanda do mercado contribui também a se determinar o tipo de estrutura industrial possível em resposta as condições do mercado.

Por outro lado as condições técnicas de produção e os custos determinam as condições de oferta. Receita e custo para o empresário industrial, demanda e oferta para o mercado total, determinam o preço de mercado e a produção da firma. Determinados preço e produção explicita-se a alocação dos recursos.

A teoria da firma e da organização do mercado procura explicar as decisões de preço e produção da firma individual com a estrutura do mercado determinar a alocação de recurso. A análise presupõe duas hipóteses fundamentais. a) Mercado Aberto, onde se opera livremente nele, sem nenhuma intervenção externa, como estado ou sindicatos. A microeconomia concentra sua atenção na eficiência da alocação de recurso de mercado aberto; b) Maximização dos Lucros, os empresários tentam maximizar o lucro. Segundo FERGUSON esta hipótese "é a única que produz uma teoria geral da firma, mercado e alocação de recurso que é bem sucedida".¹³

1.5.1 - Equilíbrio da firma num mercado de concorrência perfeita. No curto prazo como já foi citada anteriormente (ver 1.4) a empresa limita-se a variar a sua produção mexendo somente com os insumos variáveis, visto que não se pretende mudar a capacidade produtiva da empresa.

O equilíbrio de uma empresa no curto prazo é dado pelo lucro máximo. A teoria neoclássica analisa tanto pela, a) diferença entre receita total e custo total, onde se tem o lucro máximo ou mínimo; b) pela abordagem marginal. Para tal análise é necessário definir alguns conceitos utilizados como; re

ceita marginal representa o acréscimo da receita total, pelo aumento de uma unidade de venda; custo marginal (já definido) e a demanda cuja curva é igual a curva da receita marginal e representada por uma reta paralela ao eixo das abscissas, idêntica para todas as firmas.

O lucro cresce quando a receita marginal excede o custo marginal e diminui quando o custo marginal excede a receita. Uma firma em concorrência perfeita atinge seu equilíbrio (ou lucro máximo) no curto prazo, produzindo o nível de produção fixado, para o qual o custo marginal se iguala a o preço fixado do mercado¹⁾ (FERG. PG.288.). Neste caso, o preço nos dá a reta que representa a ^{re} receita marginal e a demanda, sendo igual para todas as firmas.

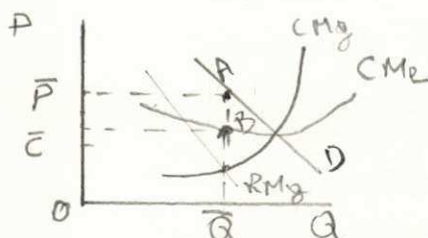
1.5.2 - Equilíbrio da firma a longo prazo. No longo prazo tanto os ^{en}sumos variáveis como os insumos fixos tem condições de serem alterados, conforme a opção do empresário para ajustar a capacidade produtiva da empresa objetivando o lucro máximo. Para FERGUSON o ajustamento do número de firmas no setor em resposta a motivação do lucro é o elemento chave para estabilização do equilíbrio a longo prazo (PG298)⁽¹³⁾.

O ponto de equilíbrio no longo prazo se dará quando o lucro ou prejuízo igualam a zero. Neste caso existe apenas o custo de oportunidade não havendo lucro puro que atrai a novos concorrentes. O lucro existente é apenas o contábil igual a taxa de retorno obtida em outros setores de concorrência perfeita.

O longo prazo em concorrência perfeita há uma tendência das firmas para entrar ou sair do mercado até que cada firma existente não obtenha nem lucro puro nem prejuízo puro.

1.5.3 - Equilíbrio da forma no mercado de monopólio puro (abordagem pela receita total e custo total, receita marginal e custo margi

nal). Este caso é possível ~~il~~ustrar no gráfico das curvas de custo médio e marginal e sua correspondente curva de receita média e receita marginal.



A equiparação entre os custos marginais e a receita marginal se dá no ponto E , realizando-se uma produção \bar{Q} ao preço de $\bar{O}P$ com receita total de $\bar{O}Q$. $\bar{O}P$ e custo total de $\bar{O}Q$, $\bar{O}C$, onde $\bar{O}Q \cdot \bar{O}P$ representa o lucro puro pelo retângulo $ABCP$, que é o lucro de monopólio a curto prazo. Onde tudo depende da posição da curva de demanda.

A microeconomia esclarece que o melhor que se pode dizer é que um monopolista tem maior possibilidade de auferir lucros puros no curto prazo, uma vez que pode efetivamente exercer algum controle sobre o mercado (FERGUSON PG. 331⁽¹⁴⁾). A diferença entre o produtor em concorrência perfeita e o produtor monopolista é que o segundo não está exposto à influência das variações dos preços de mercado devido as mudanças da oferta total o que em concorrência perfeita as variações dos preços de mercado seja a longo prazo superior aos custos médios mínimos, deve-se isso ao monopolista que como único e exclusivo produtor e vendedor de uma mercadoria opera contra a demanda concorrenciais podendo ainda: a) fixar o preço de $\bar{O}P$, que maximiza seu lucro puro realizando $\bar{O}Q$ de produção, ou b) obtém o mesmo resultado estabelecendo a produção $\bar{O}Q$, na qual por sua vez realiza não pelo preço $\bar{O}C$, mais pelo preço $\bar{O}P$ devido a concorrência do lado da demanda. Tal operação só é possível de ser realizada a longo prazo só por monopólio único.

O monopólio a longo prazo só realiza o lucro máximo realizando a quantidade de produção para a qual o custo marginal a longo prazo iguala-se a receita total.

SEGUNDA PARTE:

2.1 - CRÍTICAS AOS POSTULADOS DA TEORIA NEOCLÁSSICA.

Diversas são as teorias econômicas que atualmente tentam explicar os fenômenos e processos econômicos. Cada avaliação ou conclusão ? são aparecem aparentemente iguais. Tanto no geral como no particular divergem profundamente no esclarecimento dos mesmos pontos estudados. Essa variedade teórica tem raízes nos diferentes suportes filosóficos a os quais estão ligados. Deve-se isso ainda ao fato de que umas estão sobre os princípios da teoria do valor-utilidade e as outras expõem-se sobre o mesmo ponto baseados nos postulados da teoria do valor- traba lho.

A Microeconomia é uma das formas de desenvolvimento e a plicação da teoria de valor-utilidade, associada com os princípios do marginalismo montada nos fins do século passado. Os problemas estudados pela Microeconomia é fortemente contraposto pela sua rival teórica-ideológica a Teoria Econômica Marxista, (Economia Política Marxista).

No prefácio do manual de Microeconomia de Ferguson o au tor afirma, "Este é um livro-texto cujo o conteúdo foi elaborado a par tir da literatura existente. Os tópicos convencionais são tratados de forma também convencional. Não existe uma inovação efetiva". Ora, sa be-se que a teoria neoclássica atravessa nos últimos trinta anos uma crise de hegemonia de caráter interno, visto que os neoclássicos argu menta uma teoria extremamente elaborada e hermeticamente equilibrada, fundada em duas afirmações de ADAM SMITH; a mão invizível da concorrên- cia no mercado e a política econômica do "LAISSEZ - FAIRE", isto se dá num momento que está surgindo o processo de concentração de capital e a formação de grandes corporações.

Essa parte do trabalho não pretende depedrar a Teoria Neoclássica e torná-la uma coisa inútil dentro da evolução do pensamen- to econômico, pelo contrário é necessário o conhecimento positivo das

idéias básicas da teoria, para a formação do economista apesar da mesma ser eminentemente técnica, de cunho "ACADEMICISTA", que ~~pretende-se~~ a-histórica com análise baseada no indivíduo como célula básica da Sociedade Harmônica e equilibrada, e não como uma Sociedade dividida por classes antagônicas como faz supor a teoria do Valor-Trabalho.

O objetivo geral dessa parte do trabalho está voltado para algumas críticas sobre os quatro postulados básicos da Teoria Microeconômica.

ESCASSEZ, é um conceito abstrato encontrado na definição de WALRAS sobre a riqueza, definida como "uma coisa que seja ao mesmo tempo útil e limitada em relação as necessidades" (CLÁUDIO NAPOLEONE . PG. 35). Isso implica que com a utilidade e a raridade das riquezas o indivíduo deve tirar o máximo de proveito dos recursos disponíveis. Na evolução do conceito de escassez ROBBINS define como o elemento essencial ao aspecto econômico da conduta humana, isso é a possibilidade de se fazer escolha, só é considerada quando os meios para conseguir os fins são limitados e aplicados a usos alternativos e os fins são graduados por ordem de importância". Esse esforço dos intelectuais em admitirem conceitos cada vez mais abstratos como os levantados na "lógica da escolha" demonstra uma orientação falsa e subjetivista das hipóteses de trabalho dos Neoclássicos, de modo que se um bem é produzido é evidente que o bem tem sua utilidade (valor de uso). A limitação real do recurso não depende da vontade do analista e sim do modo como os recursos são distribuídos na natureza ou na sociedade.

RACIONALIDADE ECONÔMICA, o termo racionalidade é um dos jargões da literatura econômica burguesa. Tem a seguinte idéia, cada indivíduo tenta maximizar sua autoridade seja ela renda, ingresso ou salário, ou juros. Segundo RICARDO é "o interesse individual que regula todas as especulações de mercados" (OSCAR LANGE, PG 238). Essa observação feita nas condições da produção mercantil e das trocas mercantis e monetárias, onde surgiu o desejo de maximizar a renda em dinheiro, elevou-se ao nível de princípio geral, que segundo OSCAR LANGE, governa toda a

tividade econômica do homem.

No momento de confrontarmos os interesses dos agentes econômicos nota-se na teoria um formalismo de conotação ideológica burguesa, tomando-se como exemplo o lucro, essa categoria econômica surgiu com o modo de produção capitalista, logo a racionalidade econômica é aceitável uma vez que eles controlam os meios de produção facilitando sua racionalidade, entretanto o consumidor assalariado dificilmente será racional pois sua renda é dirigida e limitada e para adquirir sua satisfação sofrerá pressão do empresário, limitando essa renda. É pela estrutura de organização que se determina a melhor forma de luta tanto do trabalhador como do empresário, o que os neoclássicos não admitem como instrumento de trabalho.

SOBERANIA DO CONSUMIDOR, esse princípio sofre críticas não só das correntes de pensamento econômico que objetivam sufocar a Microeconomia, como críticas vindas dos seus ideólogos. Ser soberano é ter o poder de impor sua vontade e para que o consumidor haja como soberano ele necessita de tres apoios; a) controle de todas as informações precisas no mercado, sem que isso HONERE o custo dessas informações; b) que na escolha do produto não haja um grande sacrifício; c) que os mercados se ajustem na mudança do padrão da procura. Sem essas condições básicas não há soberania. Observando a realidade, esses critérios não existem, pois com a diversificação dos produtos o custo de suas informações são altos e os consumidores passam a ser desinformados perdendo o controle da situação, portanto da sua soberania. Quando consideramos os produtos oferecidos pelas firmas oligopolistas que impõem os seus preços o consumidor fica restrito ao mero rei destronado, isso sem observar a influência do MARKETING que desvia a sua atenção pela propaganda criando produtos fantásticos com conteúdo muitas vezes conhecido.

Numa sociedade de consumo como a nossa vemos um contrasenso da teoria, pois o consumidor idealizado já parte com uma renda limitada restringindo sua soberania nos primeiros passos da análise.

HEDONISMO, é fundamentado na psicologia utilitarista que diz que o homem prefere o prazer e despreza a dor. Para WILLIAMS JEVONS, o prazer e o esforço são indubitavelmente o objeto útil do cálculo da economia - satisfazer o máximo de nossas necessidades com o mínimo de esforço - conseguir a maior soma do que é desejável com o mínimo de esforço (OSCAR LANGÉ - PAG. 239). Foi tirado a análise econômica feita na relação de produção, e passou para relação das trocas.

Essa filosofia hedonista é contestada no momento em que a soberania e racionalidade do consumidor é refutada na aceção lógica neoclássica, pelo fato de não haver condições reais?

CONCORRÊNCIA PERFEITA, essa concepção do mercado de concorrência perfeita é negada uma vez que o capitalismo atual está caracterizado pelas grandes empresas influenciando em todos os setores da economia.

2.2 - CRÍTICAS A CONSISTÊNCIA LÓGICA DA TEORIA NEOCLÁSSICA.

A teoria neoclássica idealizou o mundo harmônico tendendo ao equilíbrio, o que lhe têm custado dos argumentos para suportar as refutações dos seus postulados, frente a dinâmica da realidade do mundo capitalista determinantemente marcada pelo desequilíbrio, contradição e antagonismo. A teoria é um conjunto de abstrações teóricas fundadas em observações fenomenológicas, que levou os seus teóricos a camuflar ou construir novos conceitos de caráter circunstancial, ou seja, em dada circunstância tal postulado será aplicado ao momento. Até 1930 a preocupação da teoria estava voltada ou preocupadas com os processos externos do funcionamento do mecanismo dos preços numa economia capitalista, fenômenos e processos econômicos do ponto de vista de agente econômico isolado. A partir daí a teoria dos preços confundiu-se com a teoria do valor. Os fenômenos econômicos não são estudados na sua essência, procurou-se transtocar (confundir) a teoria do valor por uma teoria dos preços e ainda transformar a teoria da repartição em parte integrante da teoria geral dos preços.

"O capital é concebido como um dos pressupostos materiais para a criação de riquezas, como o trabalho é para a criação do valor; por outro lado o capital apresenta-se essencialmente como o valor e por conseguinte pressupõe riqueza" (ANGELA PORTO PG. 37). Outra crítica sobre o capital é apresentada por JOAN ROBINSON, contestando a mensurabilidade do capital como função da produção. Segundo a teoria a produção é função do trabalho e do capital. O trabalho é medido em homens - horas de trabalho, quanto ao capital não há um consenso sobre sua medição.

Outra crítica é sobre o equilíbrio da firma (ou do setor) para oferta individual (ou parcial) em condições de concorrência perfeita, a função da oferta depende dos custos marginais o que não reflete na vida econômica real da sociedade capitalista, acontece que as empresas não calculam os custos marginais que a teoria supõem, o que faz supor a existência de um outro critério para o qual se regem na prática para as oscilações do volume de produção, talvez a taxa de lucro. O cálculo corrente dos preços inconsequentemente do volume de produção está baseado na experiência do percentual de lucro que se deve acrescentar aos custos médios.

Os neoclássicos moldando sua teoria as contradições de modo de produção, principalmente com as contradições mostradas nas crises econômicas de superprodução (a partir de 30), onde por um lado há concentração e centralização de riquezas pelos os capitalistas, e do outro lado um atrofiamiento no poder de compra do trabalhador, passaram a admitir a intervenção do estado na economia, através de uma política de benefício regulando a distribuição, ou pela programação do processo produtivo e do consumo, alterando o postulado da livre concorrência como perfeito estabilizador dos desníveis econômicos.

Se pegarmos o consumidor e o empresário num mercado de concorrência perfeita e tentarmos maximizar suas prioridades, satisfação para o consumidor e lucro para o empresário, será negado o princípio da racionalidade econômica na medida que um dos dois seja a prioridade do outro, ou seja para se conseguir o equilíbrio no mercado seja sacrificada

do a maximização do lucro em favor da maximização da satisfação pela aquisição de produtos a preços mínimos. ?

CONCLUSÃO:

A teoria neoclássica preserva um caráter metafísico e positivisis onde seus postulados "não foram alicerçados em bases científicas, que em termos empíricos ou teóricos" (HUNT & SHERMAN, HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO PG. 183), carregada em recursos matemáticos complexos, onde seu principal representante o professor FERGUSON reconhece a vulnerabilidade da teoria para explicar a dinâmica do capitalismo, e afirma que "confiar na teoria neoclássica é uma questão de fé" (HUNT & SHARMA PG. 183).

Na nossa compreensão não é a fé que explica a menor maneira os fenômenos e processos econômicos, tendo em vista que a fé é carregada de dogmátismo que não permite questionar os fatos.

CITAÇÕES:

- 1 - LEFTWICH , PG. 1
- 2 - OSCAR LANGE PG. 237 - 239
- 3 - NILSON HOLANDA, PG. 43
- 4 - PAUL SINGER , PG.13
- 5 - ANGELA PORTO, PG.10
- 6 - IDEM , PG. 10
- 7 - IDEM . PG.11
- 8 - FERGUSON, PG 28
- 9 - IDEM, PG-36
- 10 - IDEM . PG-42
- 11 - IDEM . PG 56
- 12 - IDEM . PG. 288
- 13 - IDEM . PG. 298
- 14 - FERGUSON . PG. 331
- 15 - NAPOLEONE, PG. 35

16 - NAPOLEONE, PG.

17 - OSCAR LANGE, PG.

BIBLIOGRAFIA:

Obs: Este trabalho está orientado em sua maioria pelas anotações do aluno em sala de aula, no entanto os livros recorridos são os seguintes:

- 1 - FERGUSON, C. E - TEORIA MICROECONÔMICA , FORENSE - UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO II EDIÇÃO , 1978.
- 2 - HOLANDA, ANTONIO NILSON , INTRODUÇÃO ECONOMIA II EDIÇÃO , FORTALEZA , BANCO DO NORDESTE DO BRASIL , 1978.
- 3 - LEFTWICH, SISTEMA DE PREÇO E ALOCAÇÃO DE RECURSO, SÃO PAULO, PIONEIRA , 1976.
- 4 - LANGE, MODERNA ECONOMIA POLÍTICA, RIO DE JANEIRO, FUNDO DE CULTURA ,1963.
- 5 - NAPOLEONE, CLÁUDIO, O PENSAMENTO ECONÔMICO DO SÉCULO XX , RIO DE JANEIRO PAIZ E TERRA , 1979.
- 6 - SINGER , PAUL. CURSO DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA 7ª EDIÇÃO RIO DE JANEIRO, FORENSE - UNIVERSITÁRIA. 1982.
- 7 - PORTO, ANGELA MARIA M. FIGUEIREDO E EQUIPE, A TEORIA NEOCLÁSSICA OU MAGI^UNALISTA CONSISTÊNCIA LÓGICA E APLICAÇÃO PRÁTICA UFPb. 1979.1